

**PROJETO DE LEI Nº 033/2025, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025**

**APROVADO**

EM: 05 / 12 / 2025

  
PRESIDENTE

  
1º SECRETÁRIO

*“Institui o Programa/Bolsa Auxílio Permanência para Estudantes da Modalidade EJA – Educação de Jovens, Adultos e Idosos da Rede Municipal de Ensino do Município de Ibititá – BA e dá outras providências.”*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBITITÁ, ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa/Bolsa Auxílio Permanência, destinada à concessão de auxílio financeiro a estudantes com 15 anos ou mais regularmente matriculados e frequentes na Modalidade EJA – Educação de Jovens, Adultos e Idosos da Rede Municipal de Ensino de Ibititá – BA, conforme as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

**Art. 2º** O Programa/Bolsa Auxílio Permanência, de que trata esta Lei, terá por objetivos:

- I – Promover a permanência, aproveitamento e assiduidade escolar de estudantes Jovens, Adultos e Idosos, em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- II – Reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão escolar;
- III – Combater a infrequência, abandono e evasão gerados por baixo rendimento ou pela necessidade da geração de renda;
- IV – Contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes jovens e adultos no ensino fundamental;
- V – Aumentar os índices de escolaridade e desenvolvimento educacional da população jovem e adulta da cidade de Ibititá – BA.

**Art. 3º** O Programa/Bolsa Auxílio Permanência, de que trata esta Lei, somente será concedida aos estudantes que cumpram os seguintes requisitos:

- I – Ter no mínimo 15 anos de idade;
- II – Estar regularmente matriculado na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino;

III – Possuir, comprovadamente, frequência mínima mensal de comparecimento a 75% das aulas e condições de avanço escolar;

IV – Atendam a pelo menos um dos critérios relacionados abaixo:

- a) Programa Bolsa Família (PBF);
- b) Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- c) Benefício Previdenciário no valor de até dois salários mínimos;
- d) Renda domiciliar per capita inferior a ½ (meio) salário mínimo;
- e) Rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio inferior a ½ (meio) salário mínimo;
- f) Autodeclaração de próprio punho de hipossuficiência.

§1º Compete à Escola Municipal emitir comprovantes referentes a este artigo, bem como, dar ciência à SEMED sobre irregularidades relacionadas ao pagamento da Bolsa Auxílio Permanência.

§2º Para fins de comprovação da efetiva participação escolar o estudante beneficiário deverá comprovar junto à escola o protagonismo em eventos ou organizações da comunidade, tais como:

- a) "Conselho Escolar";
- b) "Grêmio Estudantil";
- c) Apresentação de pesquisas e projetos com possibilidade de participação e representação institucional;
- d) Participação comprovada em cursos, oficinas, fóruns, palestras, seminários realizados por instituições com autorização de funcionamento e relevância social;
- e) Participação em ações de organizações não governamentais - ONG's;
- f) Participação em Conselhos Municipais;
- g) Participação em Associações Comunitárias e culturais;
- h) Participação na organização de eventos e ações de voluntariado;
- i) Publicação de textos ou desenhos em impressos ou meios virtuais;
- j) Autoria em músicas, filmes ou vídeos publicados de forma individual ou coletiva;
- k) Participação em programas de formação inicial para o jovem trabalhador;

- l) Participação em grupos de teatro, dança e música dentro ou fora da escola;
- m) Participação em times esportivos amadores ou profissionais dentro ou fora da escola;
- n) Encontros e reuniões realizadas pela PMI - Prefeitura Municipal de Ibititá - BA;
- o) Declaração de frequência assídua de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de presença;
- p) Declaração de matrícula, em se tratando de aluno que até então não integrada a rede pública de ensino;
- q) Atividades afins.

**Art. 4º** Farão jus ao pagamento do Programa/Bolsa Auxílio Permanência os alunos que, além de comprovarem o cumprimento dos requisitos do art. 3º, aceitarem e assinarem - pessoalmente, ou por meio de seus pais ou representantes legais, se menores não emancipados - o Termo de Compromisso próprio.

**Art. 5º** O Programa/Bolsa Auxílio Permanência será pago aos pais ou ao responsável legal do aluno menor de idade e diretamente ao aluno maior ou emancipado, por transferência bancária.

**Art. 6º** O valor da Bolsa Auxílio será de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)**, sendo pago anualmente ao estudante que cumprir os requisitos do art.3º.

**Art. 7º** O Programa/Bolsa Auxílio Permanência será pago por no máximo o período igual à duração do curso da EJA - Educação de Jovens, Adultos e Idosos do Ensino, a partir da comprovação da frequência e do relatório de avaliação que indique efetiva participação e condições de avanço e aprovação emitidos pela instituição escolar.

**Art. 8º** Perderá, imediatamente, o direito ao recebimento da bolsa o aluno que:

- I – A qualquer tempo, deixar de cumprir com os requisitos do art. 3º;
- II – Tiver faltas injustificadas de 05 dias consecutivos;
- III – Encerrar sua matrícula na Rede Municipal de Ensino;
- IV – Praticar qualquer ato ilegal ou fraudulento, a fim de burlar o sistema do Programa/Bolsa Auxílio, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, como a devolução do valor recebido.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
CNPJ Nº 13.715.057/0001-19

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 10º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBITITÁ-BA**, em 27 de novembro de 2025.



**AFONSO FERREIRA MENDONÇA**  
Prefeito Municipal